

P3
21 MAI 1985

O GLOBO

ANC x Assembleia

Ulysses: Emenda da Constituinte exige o entendimento partidário

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, deixou claro ontem que nada impede que o Executivo envie ao Congresso uma emenda propondo a convocação da Constituinte. Observou, porém, que, no Parlamento, qualquer iniciativa passa pelo entendimento entre os partidos.

Convidado a explicar melhor as intenções do Executivo, Ulysses não soube precisar uma data, alegando que não pode ser "intérprete do que o Presidente Sarney deseja nesse particular".

— Sei que este assunto, como também a Lei de Greve, está sendo estudado — afirmou.

Por sua vez, o Líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, disse que a convocação da Constituinte deverá ser resultado de um acerto "o mais harmônico possível".

— A convocação deve passar por uma concordância bem ampla e é muito importante integrar o Executivo. Isto não exclui a participação do Congresso já que ele votará a emenda.

Ulysses foi procurado ontem pelo Líder do PTB, Deputado Gastone Righi, mas também não lhe disse quando o Executivo adotará qualquer providência com relação à emenda da Constituinte. Righi — que é autor de um projeto de emenda sobre o assunto com votação marcada para 12 de junho — aproveitou a conversa para insistir na tese de que a iniciativa deve partir do Congresso.

Admitiu, no entanto, que está disposto a retirar sua proposta desde que até a data da votação apareça outra melhor. A

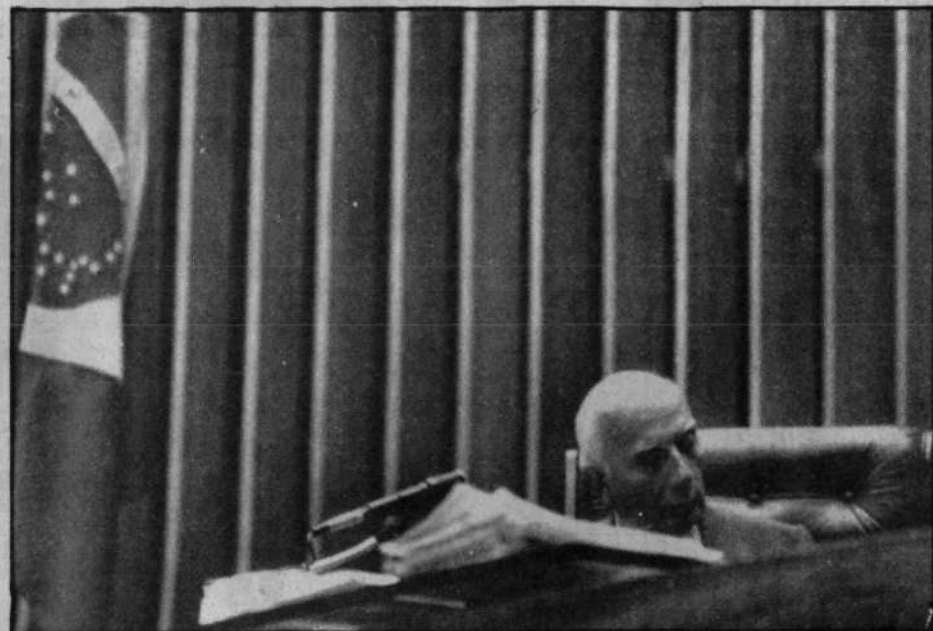
seu ver, isto sensibilizou o Presidente da Câmara. Contudo, segundo Righi, ele não chegou a formalizar este sentimento com palavras de incentivo.

Righi disse ter recebido de Ulysses apenas a garantia de que sua emenda será votada de acordo com a pauta do Congresso. O Presidente da Câmara também comunicou ao Líder do PTB a possibilidade de o Executivo enviar uma emenda, ponderando, entretanto, que as lideranças ainda seriam ouvidas a respeito.

— Se o Governo enviar a emenda, vamos ter um problema regimental — afirmou Righi. — Não há mais tempo para que a emenda do Executivo seja votada antes da minha, pois teria de passar por um processo de tramitação que já superei.

O Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB, discorda de Righi pois em sua opinião o fator tempo não será obstáculo para as negociações. Para a emenda do Executivo ser votada, segundo Lucena, basta que seja lida no Congresso e tenha o parecer aprovado pela Comissão Mista em um máximo de dez dias após seu envio. Neste período a Comissão dará os oito dias regimentais para que os congressistas apresentem sugestões através de subemendas.

Lucena observou que a posição do falecido Presidente Tancredo Neves era de que a Constituinte fosse convocada pelo Executivo e salientou que, em sua opinião, ao se estabelecer um roteiro para o pacto político o primeiro passo deve ser a convocação da Constituinte.



O Deputado Ulysses Guimarães dirige os trabalhos da Câmara como seu Presidente

Conselho Político reúne-se hoje

BRASÍLIA -- O Líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, disse ontem que a convocação da Constituinte, a votação do projeto que regulamenta as eleições municipais e a Lei de Greve serão alguns dos assuntos da reunião hoje do Conselho Político do Governo.

O projeto de saneamento dos Bancos Sulbrasileiro e Habitacul, já examinado nas duas reuniões anteriores do Conselho, voltará a ser discutido

uma vez que a decisão final será adotada amanhã no Senado.

Com relação à Lei de Greve, Lucena acha que deverá ser examinada, pois é intenção do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, encaminhar o projeto ao Congresso nos próximos dias, para votação em separado na Câmara e no Senado.

— A intenção do Governo é retirar o caráter autoritário da atual legislação de greve e esse projeto será aprovado em regime de urgência pelo Congres-

so, com o apoio de todos os partidos — previu o Senador.

Segundo o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, também deverá ser tratada na reunião a nova Lei dos Partidos Políticos, de cuja definição dependerá o registro dos partidos em formação (como o próprio PFL e o PCB) e ainda o voto do analfabeto. Há pressa na definição da forma como o analfabeto votará em novembro, porque o prazo de alistamento dos novos eleitores se esgota a 5 de agosto.